

O que nos diz a materialidade dos mapas: contribuições dos elementos iconográficos no estudo da toponímia baiana colonial

Que nos dice la materialidad de los mapas: aportes de elementos iconográficos en el estudio de la toponimia colonial bahiana

Submetido em: 23/07/2023

Aceito em: 09/11/2023

Iago Gusmão Santiago¹

Liliane Lemos Santana Barreiros²

Resumo: Os mapas são reconhecidos como as principais fontes para o estudo da toponímia por fornecerem quantidades significativas de topônimos e apresentarem suas respectivas localizações. Além disso, eles consistem em documentos multissemióticos, cujos textos não verbais possibilitam a identificação da categoria da entidade geográfica nomeada e, até mesmo, a determinação do étimo próximo em casos em que há ambiguidades. O presente trabalho consiste em uma análise de casos complexos de interpretação toponímica registrados em mapas anônimos da Capitania da Bahia, produzidos no final do período colonial (1761-1807). A análise da materialidade dos mapas, juntamente com a pesquisa bibliográfica, possibilitou desfazer a ambiguidade semântica e formular hipóteses nominativas para os topônimos analisados, evidenciando a relevância dos elementos iconográficos para o estudo linguístico.

Palavras-chave: Toponímia baiana; Cartografia histórica; Ambiguidade.

Resumen: Los mapas son reconocidos como las principales fuentes para el estudio de la toponimia porque proporcionan una cantidad significativa de topónimos y presentan sus respectivas ubicaciones. Además, consisten en documentos multisemioticos, cuyos textos no verbales permiten identificar la categoría de la entidad geográfica denominada e incluso determinar el étimo más cercano en los casos en que existen ambigüedades. El presente trabajo consiste en un análisis de casos complejos de interpretación toponímica registrados en mapas anónimos de la Capitanía de Bahía, producidos al final del período colonial (1761-1807). El análisis de la materialidad de los mapas, junto con la investigación bibliográfica, permitió deshacer la ambigüedad semántica y formular hipótesis denominativas para los topónimos analizados, evidenciando la relevancia de los elementos iconográficos para el estudio lingüístico.

Palabras clave: Toponimia de Bahía; Cartografía histórica; Ambigüedad.

Introdução

A toponomástica tem por objeto de estudo a toponímia, o conjunto de topônimos, nomes próprios de lugar, que recobrem uma determinada área geográfica. Os estudos

¹ Doutorando em Estudos Linguísticos (CAPES/PPGEL/UEFS). Professor Assistente do Departamento de Letras e Artes da Universidade Estadual de Feira de Santana. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7801412662886142>. OrcID: <https://orcid.org/0000-0003-2799-1871>. E-mail: igsantiago@uefs.br.

² Doutora em Língua e Cultura (PPGLinC/UFBA). Professora Titular do Departamento de Letras e Artes da Universidade Estadual de Feira de Santana. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7736823266867241>. OrcID: <https://orcid.org/0000-0002-7560-0380>. E-mail: lilianebarreiros@uefs.br.

toponímicos contribuem exponencialmente para a teoria onomástica devido à grande quantidade de pesquisas desenvolvidas com os nomes próprios de lugar e a facilidade de interpretação da motivação subjacente a esta categoria, se comparada com a antroponímia, por exemplo. As questões relacionadas ao processo de nomeação e ao funcionamento dos nomes são também demandas da toponomástica teórica que, no entanto, manifesta estas preocupações de modo direcionado ao seu objeto. Ao selecionar um lugar como *locus* de pesquisa, a disciplina parte do *designatum*, a ‘coisa’ nomeada³, para o significante, numa perspectiva onomasiológica, ocupando-se em descrever e analisar todas as formas linguísticas usadas para designá-lo.

Nesse percurso, o estudo toponímico lida com topônimos de proveniências diversas e que se encontram sobrepostos ou paralelos na linha temporal, muitas vezes, sem nenhuma relação genealógica. Ou seja, a toponomástica não se ocupa de estudar apenas relações proveniência lexical na toponímia, mas considera os processos de nomeação como um fenômeno de língua funcional e não apenas de língua histórica (Trapero, 1995), mesmo apesar da necessidade de explorar questões etimológicas no âmbito dos estudos toponímicos, graças ao seu aspecto essencialmente fossilizador de formas linguísticas. Nesse sentido, considera-se que, de fato, a toponomástica surge com uma forte filiação à etimologia, mas também a outras disciplinas voltadas ao estudo do léxico, como a dialetologia e a terminologia e, atualmente, consolidou uma visão particular sobre o seu objeto de análise: o nome de lugar, na condição de signo onomástico.

A toponímia se forma a partir do léxico funcional do nomeador, com suas peculiaridades semânticas e marcas socioculturais. Para Trapero (1995), a interpretação adequada do significado dos topônimos perpassa por uma análise semântica dialetal, tanto do léxico total do nomeador, constituído pelo que chama de topônimos secundários, unidades que não são próprias da designação geográfica, como dos topônimos primários, que correspondem aos elementos genéricos, ou seja, o léxico específico da toponímia: “[...] em todas partes há rios, e montanhas, e vales, e

³ Mesmo quando não há a identificação precisa do *designatum*, por falta de dados documentais, a identificação do tipo do acidente nomeado permite compreender as diferentes formas de nomear acidentes diversos, físicos e humanos: rios, ilhas, fazendas, vilas.

planícies, e terras de trabalho, e terras não cultivadas, etcétera, mas em cada lugar se denominam de maneira particular” (Trapero, 1995, p. 72, tradução nossa)⁴.

Por conta disso, em muitos contextos de análise toponímica, há problemas de ambiguidade semântica, em que uma determinada forma designativa relaciona-se a diversas possibilidades de significados. Nesses casos, a interpretação da forma lexical necessita está embasada em fontes auxiliares como dicionários históricos e dialetais. Além disso, os mapas, na condição de documentos multissemióticos, oferecem dados relevantes para a fundamentação de hipóteses denominativas. Neste artigo, detalha-se como a materialidade dos mapas utilizados como *corpora* para a pesquisa, possibilitaram tanto a classificação das entidades geográficas analisadas como a interpretação de ambiguidades semânticas no elemento específico, trazendo como exemplo os casos dos topônimos com as formas *boqueirão*, *barra* e *brotas*.

Os mapas anônimos da Capitania da Bahia de Todos os Santos

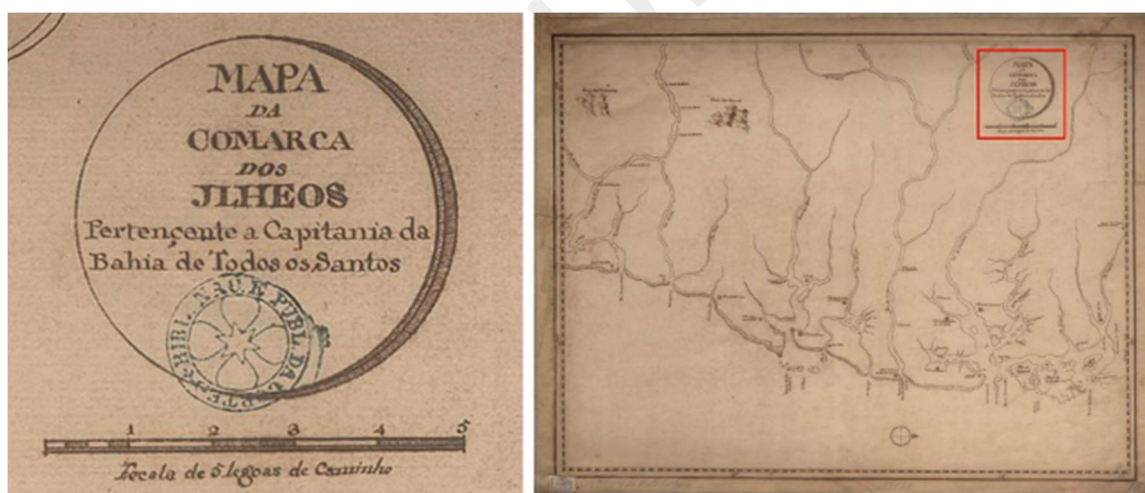
O *corpus toponymicum* foi extraído de um conjunto de três mapas, de autoria desconhecida, cuja elaboração estima-se ter ocorrido entre o final do século XVIII e o início do século XIX. Dois dos mapas se referem à Comarca da Bahia de Todos os Santos: o primeiro, intitulado *Mapa da Comarca da Bahia de Todos os Santos sua divisão desde o rio Jiquiriça até o rio Real pela parte do Norte*, doravante MCB1; e o segundo, *Mapa da Comarca da Bahia de Todos os Santos seguindo a continuação della para o poente*, doravante MCB2. Segundo Havre (2009), a grosso modo, é possível dizer que a linha divisória entre as duas áreas retratadas pelos mapas pode ser traçada da cidade de Água Fria, ao Norte, e a Ilha de Itaparica, ao Sul. O terceiro mapa refere-se à Comarca dos Ilheos, intitulado *Mapa da Comarca dos Ilheos*, doravante MCI. Os dois primeiros mapas coincidem no registro de algumas entidades geográficas, enquanto o terceiro apenas os localizados nas proximidades do *Rio Jiquiriçá*.

A Biblioteca Nacional apresenta uma datação global que abrange o período entre os anos de 1700 e 1799, apesar de, segundo Havre (2019), os Anais de 1881-1882 sugerirem um parentesco com um mapa datado de 1807, cujo original se encontra no

⁴ “[...] en todas partes hay ríos, y montañas, y valles, y llanos, y tierras de labor, y tierras incultas, etcétera, mas en cada lugar se denominan de manera particular”.

Arch. Militar com o nome de Anastasio de S. Anna⁵, o mesmo autor do *Guia de Caminhantes*, doravante GdC, obra composta por uma série de mapas do território brasileiro, datada de 1817. No entanto, Havre (2019, n.p.), a partir da análise de aspectos estruturais dos mapas estima que “as informações que podem ser obtidas dos documentos apontam que eles foram certamente realizados entre 1761 e 1807”. A datação inicial foi feita a partir do título do MCI (cf. Figura 6), que apresenta a informação de que a Comarca de Ilheos pertencia à Capitania da Bahia de Todos os Santos, fato que, como constata Havre (2019), aconteceu apenas em 1761. A datação final foi fixada a partir da identificação de uma relação genética existente entre os sistemas de coordenadas instalados, a adoção do meridiano caboverdiano, tanto no mapa do Arch. Militar e quanto no mapa anônimo. A ausência e a presença de designativos são considerados na avaliação, no entanto, não permitiram levantar hipóteses conclusivas sobre a datação. Por conta disso, assume-se que o *corpus toponymicum* registrado nos mapas como referentes à toponímia setecentista.

Figura 1 – Título do *Mapa da Comarca dos Ilheos*



Fonte: Biblioteca Nacional Digital.

O estudo dos topônimos registrados nos mapas é relevante tanto do ponto de vista variacional, pelo fato de apresentarem algumas alterações gráficas que refletem variações fonéticas ocorridas no período, como da microtoponímia do sertão baiano, já

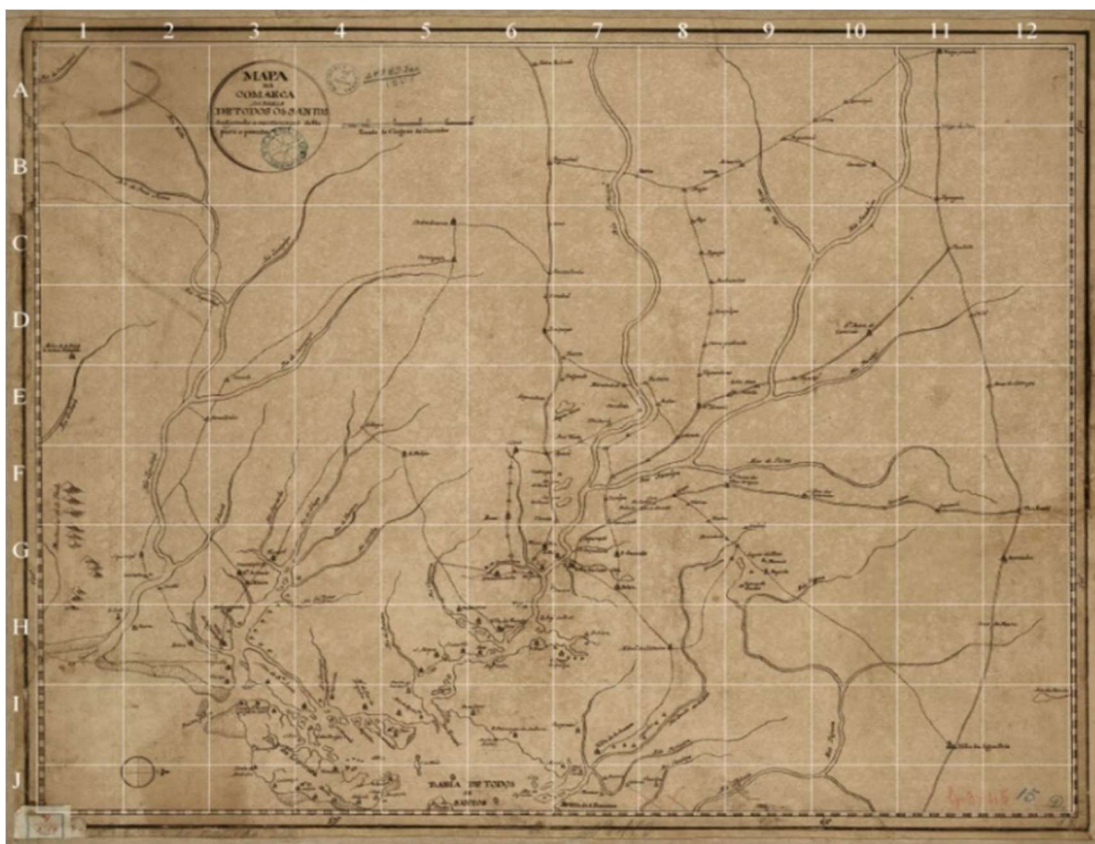
⁵ Não há muitas informações a respeito do suposto autor dos mapas, apenas que o GdC foi produzido na Bahia e que ele era denominado de ‘o pardo’.

que apresentam nomes que não se encontram registrados em outros mapas, como o GdC, por exemplo. Segundo Havre (2019):

Na Bahia, um dos primeiros focos da colonização portuguesa, a maioria dos documentos do início do período colonial se limitam à representação da costa e do entorno imediato da Baía de Todos os Santos. Os primeiros cartogramas remontam ao século XVI, mas os limites geográficos ultrapassam raramente, do lado ocidental, a vila de Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira, fundada em 1698. Para conhecer o território além deste ponto, torna-se necessário recorrer a mapas regionais ou continentais, cuja escala não permite maior detalhamento. Durante todo este tempo, o sertão é cenário de desconhecimento, de guerra e de seca mas, ao mesmo tempo, sofre uma enorme pressão pela ampliação e pelo controle das terras (Havre, 2019, n.p.).

Para a transcrição dos três mapas, utilizou-se uma metodologia semelhante à descrita por Carvalho (2013) para a preparação do *corpus toponymicum* do Mato Grosso em cartas topográficas. O primeiro passo foi o quadriculamento do material, marcando as quadriculas horizontais com números (1...n) e as verticais com letras do alfabeto para auxiliar na localização dos topônimos. Por não haver muitos pontos de concentração de topônimos nos mapas, não foi necessário um número elevado de quadros, sendo feitos apenas até o número 12 na horizontal e até a letra J na vertical (cf. Figura 2). No que diz respeito à transcrição, foi realizada quadro a quadro, seguindo da esquerda para a direita, de cima para baixo, buscando respeitar a grafia utilizada, sem a inserção de nenhuma intervenção de ordem gráfica e com a reprodução dos diacríticos tais como aparecem.

Figura 2 – Mapa quadriculado



Fonte: Elaborado pelos autores.














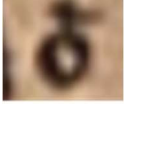


A transcrição dos topônimos foi organizada da seguinte forma: a primeira coluna contendo o número do topônimo; a segunda, o registro do nome conforme aparece no documento, com a transcrição completa do sintagma toponímico e a preservação das características da grafia, como letras minúsculas, hipossegmentação, acentuação, abreviaturas, etc. – utilizou-se o operador () para indicar leitura conjecturada; a terceira, um fragmento do fac-símile para permitir a revisão do topônimo transcrito; e a quarta, com a identificação da quadrícula em que o topônimo se encontra seguindo o sistema letra-número, e.g. A-12.


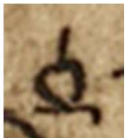




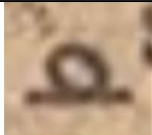





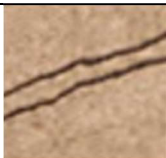


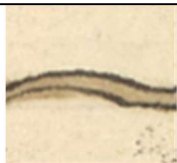








A identificação da tipologia das entidades geográficas

Nos mapas, não são apresentadas legendas ou notas contendo informações sobre os símbolos utilizados. Havre (2019, n.p.) sinaliza que há uma “[...] progressão lógica na elaboração dos símbolos, partindo de um simples círculo, no qual são

acrescentados detalhes [...]”, esta progressão segue a lógica de representação mais simplificada para entidades geográficas de menor proporção, como as fazendas, e mais complexa para os conglomerados maiores como as freguesias e vilas. O autor também destaca que alguns dos símbolos utilizados também podem ser encontrados no GdC. Partindo da necessidade de interpretação dos símbolos usados para classificar os tipos de entidades geográficas, foi realizada uma análise dos mapas para observar a correspondência entre os símbolos neles contidos e os utilizados no GdC. O resultado da análise mostrou certa convergência entre os símbolos. Todavia, sempre que possível, foi realizada uma pesquisa bibliográfica complementar para confirmar a natureza dos *designata*. A seguir, apresenta-se a lista de entidades geográficas, seguidos do símbolo utilizado em cada mapa, quando ocorreram, e os símbolos encontrados no GdC:

Tabela 1 – Símbolos correspondentes entre os mapas

Entidade Geográfica	MCB1	MCB2	MCI	GdC
Arcebispados		-	-	
Vilas				
Arraiais				
Freguesias e povoações			-	
Capelas			-	

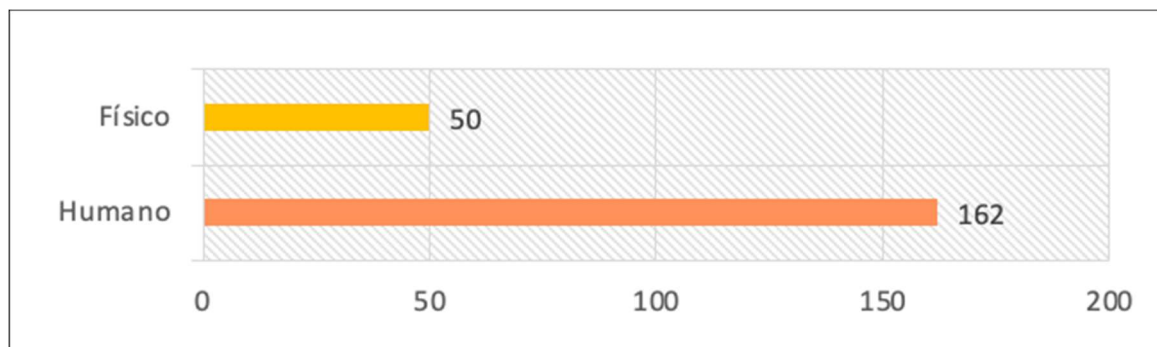
Fazenda				
Sítios				
Fortes e destacamentos				
Rios				
Estradas			-	
Caminhos	-		-	
Serras (montanhas)	-			

Fonte: Elaborada pelos autores.

Os três mapas contam com 411 ocorrências, correspondentes a 359 topônimos, considerando a relação entre nome e entidade geográfica. Desses topônimos, 212 são portugueses e 147 híbridos, de estratos diversos (línguas originárias, negroafricanas), nomes não registrados⁶ ou de etimologia não identificada. Com relação aos 212 topônimos de língua portuguesa, o recorte desta pesquisa, 50 (23.58%) nomeiam entidades geográficas de natureza física e 162 (76.41%), humana (cf. gráfico 1).

⁶ Foram considerados como não registrados quatro fazendas que apresentavam apenas o genérico.

Gráfico 1 – Natureza das entidades geográficas nomeadas



Fonte: Elaborado pelos autores.

Dentre as entidades geográficas físicas, tiveram maior frequência os nomes de rios, com 16 nomes, ou 7.54% dos dados gerais, seguido, pelos nomes de ilhas, com 10 nomes, ou 4.71%, e dos nomes de barras, com 5 nomes, ou 2.35% cada. Alguns dos genéricos dessas entidades designam não um referente individual, mas um coletivo, como é o caso das formas *Baixos*, *Lançóis*, *Montanhas*, enquanto os genéricos *Coroa* e *Rio* oscilam entre a forma singular e plural. O arquipélago *Os Ilheos* foi contado na categoria ilha. Na tabela 2, é possível observar a lista completa das entidades geográficas físicas, a quantidade, o seu percentual dentro do grupo e o percentual no total de topônimos analisados:

Tabela 2 – Entidades geográficas físicas

Entidades geográficas	Quantidade	% na categoria	% total
Baixos	1	2.0	0.47
Barra	5	10.0	2.35
Boca	1	2.0	0.47
Boqueirão	1	2.0	0.47
Coroa(s)	3	6.0	1.41
Ilha(s)	10	20.0	4.71

Lagoa	4	8.0	1.88
Lençóis	1	2.0	0.47
Montanhas	1	2.0	0.47
Pedra	3	6.0	1.41
Ponta	3	6.0	1.41
Ribeirão	1	2.0	0.47
Rio(s)	16	32.0	7.54

Fonte: Elaborada pelos autores.

As entidades geográficas humanas foram classificadas ora pela categoria especificada, quando identificada, e.g. sítio, armação, ora por grupos de referentes, seguindo a simbologia dos mapas, e.g. freguesias ou povoações, fazendas ou engenhos. Essas entidades geográficas apresentam um percentual mais expressivo no *corpus*, dentre as quais é possível destacar: os sítios, com 45 nomes, ou 21.22% do total; arraias, com 34 nomes, ou 15.56%, e as freguesias ou povoações, com 24 nomes, ou 11.32% do total. Observa-se a predominância do uso de nomes portugueses para nomear entidades geográficas humanas, em detrimento das físicas, que tendem a conservar a toponímia das línguas originárias. Na tabela 3, é possível observar a frequência detalhada das entidades geográficas humanas:

Tabela 3 – Entidades geográficas humanas

Entidade geográfica	Quantidade	% na categoria	% total
Aldeia	2	1.23	0.94
Armação	2	1.23	0.94
Arraial	33	20.37	15.56
Convento	1	0.61	1.47
Dique	1	0.61	0.47

Fazenda ou engenho	22	13.58	10.37
Forte ou destacamento	8	4.93	3.77
Freguesia ou povoação	24	14.81	11.32
Igreja ou capela	9	5.55	4.24
Sítio	45	27.77	21.22
Vila	15	9.25	7.07

Fonte: Elaborada pelos autores.

Alguns problemas de ambiguidade semântica

No que diz respeito ao elemento específico, é possível citar como exemplo de ambiguidade semântica os topônimos *Boqueirão*, *Barra* e *Brotas*. O primeiro está relacionado ao aspecto diatópico, em que ambas as possibilidades de interpretação aparecem associadas à ideia de uma «forma geológica semelhante à boca», porém significando «braço de mar entre duas porções de terra», no litoral, e «abertura nas serras por onde passam os rios», no sertão, ambos registrados em Souza (1939). Nesse caso, a distinção semântica do étimo também resultou em uma diferenciação das taxes, sendo, o primeiro caso, um hidrotopônimo, e o segundo, um geomorfotopônimo. Os dois étimos puderam ser confirmados pelas ilustrações nos mapas que representam o ambiente físico em que os referentes nomeados se encontram (cf. Figura 3).

Figura 3 – Ilustrações do ambiente físico próximo às formas *boqueirão*



Fonte: Elaborada pelos autores.

Quanto à forma *barra*, há duas possíveis interpretações: a primeira é «entrada de porto ladeada por terra firme», que é o caso das duas primeiras barras identificadas nos mapas, a barra próxima à *Ponta de Santo Antonio* e a barra do *Rio Joannes*; a segunda é «bancos de areia depositados na boca de um rio», que corresponde aos outros três referentes com esse nome, ambos situados nas proximidades de um rio. O critério utilizado para a distinção dos étimos foi a representação do ambiente nos mapas, considerando as formas pontilhadas como correspondentes aos sedimentos deixados pelos rios (cf. Figura 4). Vale ressaltar que a quantidade de entidades geográficas próximas que foram nomeadas com a forma *barra*, torna a questão ainda mais complexa, sendo necessária uma análise mais aprofundada para uma fixação definitiva do significado, considerando fontes auxiliares como documentos descritivos e outras obras cartográficas. De qualquer modo, a observação preliminar revela que a dificuldade da análise toponímica tradicional se concentra mais na necessidade de um enquadramento taxonômico do que na compreensão do significado do referente motivador.

Figura 4 – Representação do ambiente físico próximo às formas *barra*



Fonte: Elaborada pelos autores.

No *corpus*, alguns dos étimos necessitaram passar por um processo de reconstrução, tomando como base informações bibliográficas sobre o referente nomeado e o próprio diassistema toponímico. É o caso do topônimo *Brotas* que aparece ora motivada pelo aspecto físico, no caso do sítio próximo à nascente do Rio Subaé, ora pela invocação de *Nossa Senhora de Brotas*, nas proximidades de entidades geográficas com o mesmo nome: um convento e uma igreja (cf. Figura 5).

Figura 5 – Representação do ambiente físico próximo ao topônimo *Subaé*



Fonte: Elaborada pelos autores.

Considerações finais

O estudo realizado demonstrou a necessidade de confronto entre os étimos, na busca por uma explicação eficaz da nomeação e não apenas da inclusão do topônimo em uma categoria. Formas como *boqueirão*, *brotas* e *barra* evidenciam os perigos da

adoção de uma leitura imediata que desconsidere questões diatópicas, diastráticas e diacrônicas no processo nominativo, conduzindo a uma interpretação homogeneizante do diassistema toponímico. A exploração do étimo próximo é a única possibilidade de adentrar no contexto sociocultural e ambiental que orienta a seleção dos topônimos de uma região, possibilitando a construção de uma narrativa da memória local a partir das matrizes lexicais.

A análise evidencia a necessidade de se considerar a materialidade dos mapas no âmbito dos estudos toponímicos e não apenas os seus códigos linguísticos. As ilustrações são elementos paratextuais dos mapas que não servem apenas à função estética, mas auxiliam no georreferenciamento, na classificação das entidades geográficas e na identificação do étimo legítimo em contextos ambíguos, possibilitando uma interpretação mais segura do processo denominativo. Todavia, é necessário considerar que as informações dos mapas não são fontes definitivas, mas podem, junto a outras fontes bibliográficas, como dicionários regionais e históricos, além de estudos sobre o ambiente nomeado, confirmar uma hipótese nominativa.

Descrever a realidade toponímica de uma área geográfica é uma tarefa árdua, que requer do toponimista, além de um alto grau de erudição que o permita transitar entre os conhecimentos linguísticos e não linguísticos, uma espécie de intuição para auxiliá-lo na formulação das hipóteses explicativas. Esse processo de desbravamento do léxico toponímico exige dedicação e tempo, a ser distribuído entre a descrição dos elementos de natureza linguística, que precisam ser observados nos mais variados aspectos, e a sua imersão no universo do nomeador que, muitas vezes, se alicerça em uma lógica totalmente distinta da sua.

Assim, cabe afirmar que a análise dos topônimos evidenciou que a descrição histórica da toponímia, consolidada por meio de uma abordagem filológica das fontes, conforme enfatiza García Arias (1995), possibilita uma interpretação mais segura sobre a complexidade do processo de nomeação, na busca por explicar o surgimento e as mudanças pelas quais passa um topônimo no decurso do tempo. O toponimista não deve, portanto, contentar-se com a primeira possibilidade indicada pelo dicionário, mas confrontar as diferentes hipóteses explicativas em prol de uma interpretação mais confiável do fenômeno toponímico.

REFERÊNCIAS

- BARREIROS, Liliane Lemos Santana; BARREIROS, Patrício Nunes. Estudo toponímico em Bahia Humorística de Eulálio Motta. *Cadernos do CNFL (CiFEFil)*, v. 20, n. 2, p. 235-248, 2016.
- BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez & latino*. 8 v. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712 – 1728.
- DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. *Toponímia e antroponímia do Brasil: coletânea de estudos*. 3 ed. São Paulo: Serviço de Artes Gráficas da FFLCH/USP, 1992.
- DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. *A Motivação Toponímica e a Realidade Brasileira*. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo. Edições Arquivo do Estado, 1990.
- HAVRE, Grégoire van. Cartografia do interior bahiano. Uma análise de três mapas anônimos do século XVIII. *Confins*, v. 39, n.p., 2019.
- SANTIAGO, Iago Gusmão. *A nomeação na Bahia setecentista: estudo da toponímia de base portuguesa no Mapa da Capitania da Bahia de Todos os Santos (1761-1807)*. 2021. 236f. Orientadora: Liliane Lemos Santana Barreiros. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2021.
- SANTIAGO, Iago Gusmão; BARREIROS, Liliane Lemos Santana. Entre o sertão e o litoral: a toponímia nos textos de Eulálio Motta publicados no jornal Mundo Novo. *Fórum linguístico*, Florianópolis, v. 17, n. 4, p. 5292-5310, out./dez. 2020.
- SANTIAGO, Iago Gusmão; BARREIROS, Liliane Lemos Santana. O papel do paratexto no estudo da dinâmica toponímica. *Revista Philologus*, Rio de Janeiro, Ano 26, n. 76., jan./abr. 2020.
- SOUZA, Bernadino José de. *Dicionário da terra e da gente do Brasil*. 4 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939.
- TRAPERO, Maximiano. *Para una teoría lingüística de la toponimia: estudios de toponimia canaria*. Las Palmas de Gran Canaria: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Las Palmas de Gran Canaria, 1995.